



DOI: 10.12957/transversos.2021.54808

A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS AO *APARTHEID* NA ÁFRICA DO SUL

BLACK WOMEN'S RESISTANCE TO APARTHEID IN SOUTH AFRICA

Isadora Durgante Konzen

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina
(PPGH/UFSC).

konzenisadora@gmail.com

Karine de Souza Silva

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e em Direito da Universidade
Federal de Santa Catarina (PPGRI e PPGD/UFSC).

karine.silva@ufsc.br

Resumo:

O objetivo deste estudo de caso é evidenciar as nuances da resistência das mulheres negras contra o *apartheid* na África do Sul. O primeiro tópico busca genderizar a estrutura racista do regime. Na sequência, expõe-se o surgimento dos coletivos de mulheres e as táticas que notabilizaram o seu ativismo no processo de libertação nacional. O terceiro tópico aborda os questionamentos das sul-africanas ao movimento nacionalista *antiapartheid* e ao feminismo civilizatório ocidental. Por fim, apresenta-se as características do “feminismo maternista” sul-africano, o qual se utilizava da “maternidade combativa” como estratégia de luta.

Palavras-chave: *apartheid*; ativismo de mulheres negras; gênero e raça; maternidade combativa.

Abstract:

The objective of this case study is to highlight the nuances of black women's resistance to apartheid in South Africa. The first topic seeks to gender the regime's racist structure. Following, the emergence of women's collectives and the tactics that distinguished their activism in the national liberation process are exposed. In the third topic, the questions raised by South African women about the nationalist anti-apartheid movement and the Western civilizing feminism are addressed. Finally, we present the characteristics of South African “maternist feminism”, which used “combative motherhood” as a strategy for struggle.

Keywords: apartheid; black women's activism; gender and race; combative motherhood.

1. Introdução

As resistências das mulheres *black*¹ ao *apartheid* na África do Sul é um tema deveras invisibilizado por parte da historiografia *mainstream*. De fato, os arranjos de poder branco heteropatriarcal se encarregaram de excluí-las das instituições e de apagar a relevância do ativismo dessas mulheres nas lutas anti-imperialistas.

Os relatos de combate ao regime racista que ecoam da África do Sul geralmente são associados ao “sujeito homem negro”. A luta pela libertação nacional do país é mundialmente associada a nomes como Nelson Mandela, Oliver Tambo e Desmond Tutu. Por isso, consoante Nomboniso Gasa (2007b), há uma razão política clara e urgente para o feminismo africano revisitar, reinterpretar e renomear processos históricos, insistindo em uma leitura mais complexa e detalhada dos fatos.

Em um contexto geral, as mulheres negras foram constituídas como “o outro do outro” e, por isso, habitam “uma espécie de vácuo de apagamento e contradição”, no entre-discursos, no não-lugar (KILOMBA, 2019, p. 97-98). Uma historiografia feminista deve, portanto, estabelecer os parâmetros segundo os quais ocasiões históricas específicas ofereceram possibilidades e limites ao empoderamento feminino, para que, assim, a práxis feminista possa definir as estratégias pertinentes à reconstrução social radical que ambiciona. A tarefa da historiografia feminista, então, se baseia em contestar práticas convencionais, corrigir parcialidades e questionar as formas de análise da História (NAIR, 1994).

As mulheres negras têm sido continuamente vítimas de embargo político, historiográfico e epistêmico. Além do silenciamento das memórias, a desautorização discursiva é um modo manifesto de violência contra elas. O desempoderamento é o outro lado do silenciamento. Nesta esteira, Kimberlé Crenshaw (1989, p. 140) alega que “as concepções operativas de raça e sexo representam apenas um subconjunto de um fenômeno muito mais complexo” de desempoderamento, que constantemente interagem e formam estruturas de dominação (múltiplas e simultâneas).

O processo de abstração das narrativas de resistências das mulheres negras tem se dado por meio da omissão, da despolitização – esvaziamento do seu teor revolucionário – inferiorização

¹ O termo *black* se refere às pessoas racializadas como não brancas, ou seja, abrangia três grupos raciais: indivíduos de origem africana, asiática e “*coloured*” (termo oficial para fazer referência às pessoas denominadas de pardas no Brasil). Africanos (sul-africanos negros, no contexto do *apartheid*) preferiam o seu emprego, uma vez que o termo oficial “Banto” era impreciso e ofensivo (BERNSTEIN, 1975, p. 6).

ou pelo isolamento das protagonistas (SILVA, 2019). Porém, elas desde sempre se posicionaram como sujeitos políticos, recorrentemente fazendo uso sábio e criativo do lugar de marginalidade (COLLINS, 2016). Uma das provas disso foram as insurgências anticoloniais - e contra o regime de Pretória, que analisamos neste texto - que marcaram uma época de lutas inspiradoras, mas apagadas pela historiografia oficial.

O ineditismo do tema no Brasil o torna relevante para os estudos feministas e africanistas no país. A agência feminista negra *antiapartheid* oferece chaves para o reconhecimento da agência das mulheres negras na historiografia em geral e, em particular, na história da libertação nacional sul-africana e, ainda, oferece lições aos ativismos feministas contemporâneos. Outrossim, o presente artigo inova ao partir predominantemente do olhar de autoras africanas, afrodiaspóricas e/ou do Sul, exercitando a descolonização do saber.

Destarte, o objetivo deste estudo de caso é evidenciar as nuances da resistência das mulheres contra o *apartheid* na África do Sul. Sendo assim, analisa-se de que maneira as sul-africanas “enegreceram o feminismo” e “feminizaram” (CARNEIRO, 2003) o movimento de libertação nacional daquele país. A visibilização dessas insurgências que desafiam o *status quo* opressor é passo fundamental para recuperar memórias e restituir humanidades negadas, contribuindo, assim, para a transformação social que o feminismo ambiciona.

Isto posto, o primeiro tópico focalizará a estrutura “racista genderizada” (KILOMBA, 2019) do regime segregacionista do *apartheid*. Na sequência, serão expostos o surgimento dos coletivos de mulheres e as táticas que notabilizaram seu ativismo no processo de libertação nacional do país. No terceiro tópico serão abordados os questionamentos das sul-africanas ao movimento nacionalista *antiapartheid*, assim como ao feminismo civilizatório ocidental (VERGÈS, 2020). Por fim, serão apresentadas as características do “feminismo maternista” sul-africano, o qual se utilizava da “maternidade combativa” como estratégia de luta.

2. O lugar do gênero no regime racista

O *apartheid* foi uma política de privilégios baseada no desejo da minoria branca, politicamente dominante, de manter um sistema de exploração intensiva, baseado na raça. Porém, mais do que tudo, o *apartheid* era um projeto genderizado. O sistema de mão-de-obra migrante dependia do trabalho das mulheres africanas. Progressivamente, todas as pessoas trabalhadoras *black* tornaram-se trabalhadores/as migrantes: os indivíduos que morassem nas

“*homelands*”² brancas eram considerados residentes temporários, autorizados a permanecer apenas enquanto pudessem ser convenientemente empregados pelos brancos. Assim, ao passo que os maridos migravam à procura de emprego, as mulheres africanas deveriam manter suas famílias na zona rural, cada vez mais superpovoada e precarizada. Sua “função” no sistema segregacionista era apenas multiplicar a força produtiva a baixo custo, ao gerar uma prole “devidamente” racializada (HEALY-CLANCY, 2017).

O isolamento das mulheres na reserva – onde ficavam condicionadas a educar os filhos e cuidar dos idosos e doentes – era imperativo para a acumulação monopolista de riqueza e poder no setor branco. O fluxo ininterrupto de mão-de-obra barata, o ouro negro da África do Sul, era o único diferencial na economia sul-africana para gerar os altos lucros essenciais para atraírem o capital (estrangeiro e local) que sustentava o *apartheid*. Esse tipo de trabalho dependia, em última instância, da contínua subjugação das mulheres, não apenas por meio da lei, mas também pela inferiorização social e subserviência sexual (MEER, sem data). Destarte, tanto o racismo como o sexismo serviram de ferramentas para o capitalismo sul-africano.

Porém essa visão genderizada da produção e reprodução social falhou porque as africanas progressivamente se mudaram para centros urbanos, apesar do arcabouço normativo que limitava sua mobilidade. Ela também fracassou porque algumas mulheres passaram a se organizar contra as linhas étnicas e raciais. Elas iniciaram campanhas contra as leis de passe, as desigualdades educacionais e de assistência médica, a brutalidade policial e o alistamento militar que começaram a ressoar nacional e internacionalmente. Além disso, as mulheres que permaneciam nas reservas também não se submeteram às demandas do *apartheid*: elas organizaram sua resistência por meio de organizações políticas e grupos religiosos (HEALY-CLANCY, 2017).

De fato, a ideologia do *apartheid* dependia, para além da convicção da supremacia branca, da superioridade masculina. A percepção, pelos partidários do regime, da mulher – especialmente a africana – como um ser apolítico, confinado a preocupações domésticas (não-públicas), servia ao propósito capitalista-industrial de reprodução da força produtiva a baixo

² Os termos *homelands* (terra natal, na tradução ao português), reservas e Bantustões referiam-se às áreas designadas pelos governos brancos para ocupação pela população africana. “Reservas” era utilizado no início do século XX, atualmente é empregado para demonstrar que essas áreas eram, na verdade, reservas de trabalho barato. “*Homelands*” era o termo oficial e refletia a intenção do governo branco. “Bantustões” originou-se como um termo satírico, geralmente utilizado por oponentes ao *apartheid* (BERNSTEIN, 1975).

custo. Essa perspectiva se refletia no sistema de mão-de-obra migrante barata, com suas regulamentações de controle de influxo, que considerava as mulheres *black* descartáveis à economia branca e as impedia de residir com seus maridos nas zonas urbanas. Entretanto, essas circunstâncias nunca foram aceitas passivamente. Pelo contrário, a atmosfera foi impregnada por lutas, consoante será exposto na sequência.

3. Movendo os pilares do *apartheid*

Em 1949, após a chegada do governo Nacionalista ao poder, o Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês)³ adotou um novo Programa de Ação que invocava “greves, desobediência civil e não cooperação”. Ao longo da década de 1950, a ênfase de todas as campanhas residia em protestos pacíficos e na resistência não-violenta. Lançou-se, então, a “Campanha de Desafio contra Leis Injustas”, na qual cerca de 8500 pessoas foram presas por desafiar deliberadamente as regulamentações do *apartheid* (BERNSTEIN, 1975).

Nesse contexto, a resistência mais contundente das mulheres centrou-se em torno da sua recusa em aceitar os passes. As leis de passes foram estendidas a elas a partir de 1956, com a intenção de forçar aquelas consideradas não “necessárias” ao trabalho doméstico nas cidades a permanecerem nas reservas. O controle de influxo provocava batidas de inspeção noturnas, abordagens nas ruas por viaturas policiais e perda de emprego por detenção. Para além disso, ser presa por infrações de passes compelia a mãe a abandonar dependentes, muitas vezes bebês recém-nascidos (BERNSTEIN, 1975). Ou seja, as leis de passe eram um mecanismo extremamente opressor uma vez que condenava essas mulheres à solidão e lhes destituía dos direitos de formar família, de convivência conjugal e de educar seus filhos numa unidade familiar estável.

Neste cenário, em 1954, foi criada a Federação de Mulheres Sul-Africanas (FEDSAW, na sigla em inglês), que passou a ocupar o centro da resistência política da época. Elas adotaram a Carta das Mulheres, na qual demandavam equidade dentro do movimento de libertação:

A lei se tornou um obstáculo ao progresso das mulheres e, portanto, um freio para a sociedade como um todo. Essa condição intolerável não seria permitida se não fosse pela recusa de grande parte dos nossos homens de nos concederem os direitos e privilégios que eles demandam para si mesmos. Nós devemos ensinar aos homens que eles não podem almejar libertar a si mesmos dos demônios da discriminação e do preconceito ao mesmo tempo em que fracassam

³ Principal organização de oposição ao governo nacionalista durante o regime; em 1994, consolidado como partido político, venceria as eleições com Nelson Mandela.

em conceder às mulheres a igualdade incondicional (FEDSAW, 1954, tradução nossa).

As reivindicações da Carta das Mulheres incluíam: creches e centros de assistência infantil; educação gratuita e universal; moradia adequada; subsídio para alimentos essenciais; distribuição justa da terra; alimentos suficientes para todos; abolição do trabalho infantil; cuidados adequados aos idosos; benefícios aos trabalhadores; direito de voto; igualdade de direitos com os homens com relação à propriedade, ao casamento e à guarda dos filhos e paz e liberdade para o mundo (FEDSAW, 1954).

Em 26 de junho de 1955, o Congresso do Povo, realizado nos arredores de Johannesburgo, adotou a *Carta da Liberdade* (ANC, 1955a), um documento baseado em reivindicações populares. Muitas questões da *Carta das Mulheres* (FEDSAW, 1954) e das demandas das mulheres para a *Carta da Liberdade* – compiladas no documento intitulado *O Que As Mulheres Demandam* (ANC, 1955b) –, lidas por Helen Joseph⁴ e Josie Palmer⁵ durante o congresso, foram incorporadas à *Carta da Liberdade* (GASA, 2007).

Em geral, as demandas eram baseadas nas seguintes reivindicações: 1) o povo deve governar; 2) todos os grupos nacionais devem ter direitos iguais; 3) as pessoas devem compartilhar da riqueza do país; 4) a terra deve ser compartilhada entre aqueles que trabalham nela; 5) todas as pessoas devem ser iguais perante à lei e gozar de direitos humanos iguais; 6) todas as pessoas devem ser livres para se associar a sindicatos; 7) as/os trabalhadoras/es devem ter direito ao seguro-desemprego, e as mães trabalhadoras, à licença-maternidade; 8) a educação deve ser livre, compulsória e universal; 9) deve haver casas, segurança e conforto; 10) deve haver paz e amizade com a África e o resto do mundo. Afirmavam, ainda, que apenas um Estado democrático pode garantir a todas as pessoas os seus direitos de nascimento sem distinção de cor, raça, sexo ou crença (ANC, 1955b).

Em 1955, quando a decisão de emitir passes às mulheres africanas foi anunciada, a Liga das Mulheres do ANC (ANCWL, na sigla em inglês) convocou sua primeira conferência anual, na qual um grupo de trabalho – que reuniria ANCWL, o Congresso de Democratas, o Congresso das Pessoas *Coloured*, a FEDSAW e a *Black Sash*⁶ – foi estabelecido para coordenar a campanha

⁴ Professora e assistente social inglesa. Foi membra fundadora do Congresso de Democratas e da FEDSAW. Recebeu o prêmio *Isithwalandwe* do ANC em 1992.

⁵ Sindicalista, uma das líderes do Partido Comunista Sul-Africano e fundadora da FEDSAW.

⁶ Composto por mulheres liberais brancas e de classe média que, indignadas pelas tentativas do governo de proibir cidadãos “*coloured*” de votar, protestavam silenciosamente vestindo uma faixa preta (THAMM, 2015).

contra os passes. O governo tentou ao máximo entravar os esforços da campanha e determinou a prisão de algumas insurgentes. Dentre as organizadoras, estavam as ativistas Lillian Ngoyi⁷, Dora Tamana⁸, Helen Joseph e Bertha Mashaba⁹ (GASA, 2007).

Em 09 de agosto de 1956 – data que, desde então, foi designada o “Dia da Mulher” na África do Sul – 20.000 mulheres usando blusas de cores verde e preta do ANC, sáris indianos e vestes ocre com turbantes Xhosa se reuniram em frente aos *Union Buildings* em Pretoria (BERNSTEIN, 1975). Lillian Ngoyi conduziu representantes de todas as raças ao escritório do Primeiro Ministro Strijdom, quando recebeu a resposta de que estava proibida de entrar. Ela respondeu: “As mulheres da África estão aqui fora. Elas construíram este lugar e seus maridos morreram por isso” (JOSEPH, 1986, p. 6). Elas adentraram o escritório e entregaram suas petições. Retornaram à multidão, gritaram “*iAfrika!*” três vezes e as companheiras responderam “*Mayibuye!*” (“Devolvam o que foi perdido!”, reivindicando autodeterminação). Ngoyi declarou que “Strijdom é muito covarde para nos receber”, e conduziu o hino *Nkosi Sikelel’iAfrika*¹⁰, que foi entoado cada vez mais alto, preenchendo o local com as vozes femininas. Elas então bradaram “*Wathint’abafazi, wathint’imbokodo. Strijdom uzakufa*” (Vocês mexeram com as mulheres e colidiram com uma rocha. Strijdom, você vai morrer); “*Malibongwe! Igama lamakhosikazi*” (Deixem o nome das mulheres ser exaltado) (GASA, 2007).

A marcha de 1956 teve importância não só para a historiografia da resistência das mulheres contra as leis de passe, mas também para a luta pela libertação nacional em si. Vinte mil mulheres se atreveram a ir onde ninguém fora antes. O grande tamanho da passeata e o espírito das mulheres – de diferentes raças, ideologias e estratos sociais – consagraram a

⁷ Primeira mulher eleita ao Comitê Executivo Nacional do ANC e uma das fundadoras da FEDSAW e organizadoras da marcha de 1954; foi presidenta da ANCWL. Reconhecia a importância do apoio internacional à resistência *antiapartheid* e à emancipação das mulheres *black*; em 1955 participou do Congresso Mundial de Mães, organizado pela Federação Democrática Internacional de Mulheres, na Suíça. Ficou conhecida por suas habilidades oratórias e inspiracionais. Passou 71 dias na solitária e sofreu banimentos durante 11 anos. Recebeu o prêmio *Isithwalandwe* do ANC em 1982.

⁸ Liderança do Partido Comunista Sul-Africano, Secretária Nacional da FEDSAW e membra da ANCWL. Após sua participação no Congresso Mundial de Mães, com Lillian Ngoyi, foi proibida de participar de reuniões políticas, cumprindo duas sentenças de prisão nos anos 1960. Em 1981, discursou durante o lançamento da Organização das Mulheres Unidas.

⁹ Sindicalista, membra fundadora da FEDSAW, viajou o país para coletar as petições que seriam entregues aos *Union Buildings* durante a Marcha das Mulheres. Esteve dentre as 156 pessoas acusadas de traição em 1956, julgamento que encarcerou Nelson Mandela. Em 1960, foi banida por onze anos pelo Ato de Supressão do Comunismo. Eleita parlamentar em 1994.

¹⁰ Hino do ANC e símbolo do movimento *antiapartheid*. Após a redemocratização, combinou-se com o *Die Stem* (O chamado da África do Sul) – hino oficial até 1994 – para se tornar o hino oficial da África do Sul (BRAND SOUTH AFRICA, 2017)

manifestação na psique narrativa coletiva das ativistas feministas na África do Sul. A sua pertinência está naquilo que alcançou: reunir pessoas de contextos tão diversos e registrar as objeções das mulheres como tais (e em uma escala tão expressiva) à ingerência do Estado em todos os aspectos de suas vidas (GASA, 2007). Aqueles corpos femininos na rua desafiaram a regulamentação do aparato estatal opressor que definia quem era autorizada/o a aparecer em público, interferindo, assim, na organização espacial do poder.

As petições assinadas foram utilizadas posteriormente como evidências no Processo de Traição em Rivonia em 1963. Neste, líderes da ANCWL e FEDSAW estavam dentre as 156 pessoas acusadas de traição, dentre elas Nelson Mandela, Walter Sisulu, Albert Luthuli, Oliver Tambo e Govan Mbeki. Além disso, imediatamente após a marcha, elas tornaram-se alvos da polícia e detidas por delitos insignificantes (GASA, 2007).

A marcha conseguiu retardar a extensão do passe às africanas, mas as autoridades o tornariam inevitável: sem apresentá-lo, idosas não receberiam suas pensões e mães não registrariam o nascimento de um filho (BERNSTEIN, 1975). Em 1958, quando começaram a ser emitidos passes para mulheres em Johannesburgo, a ANCWL e a FEDSAW pediram a voluntárias que se dirigissem aos escritórios e explicassem às mulheres que elas ainda não eram obrigadas por lei a deter o passe; que um empregador não poderia forçá-las a portá-lo; e que, ao aceitá-lo, elas poderiam ser presas a qualquer momento. Houve uma resposta entusiástica a este apelo, com adesão de grande número de mulheres. Porém, ao final da segunda semana da campanha, cerca de duas mil haviam sido presas (KIMBLE; UNTERHALTER, 1982).

Ao longo dos anos de resistência os corpos femininos demonstraram uma força impressionante frente à insegurança e opressão que suportavam, e às responsabilidades familiares que, frequentemente, assumiam sozinhas. No movimento de libertação, contribuíram como organizadoras, porta-vozes, líderes; porém, como em outros países, proporcionalmente eram menos numerosas do que os homens. Apesar dessas desvantagens, as mulheres estavam sempre cantando. Na prisão, entoavam cantos de louvor aos domingos e, a partir dos anos 1960, quando as penitenciárias estavam cheias de prisioneiros políticos, as canções de liberdade adentraram o repertório. Em consequência disso, posteriormente muitas prisões proibiram os detentos de cantar. A FEDSAW foi impedida de continuar suas atividades após todas as suas lideranças serem objetos de prisão domiciliar e ordens de banimento (BERNSTEIN, 1975).

Em consequência do massacre de manifestantes em Sharpeville¹¹, nos arredores de Johannesburgo, o governo declarou estado de emergência em 1960. Com a introdução da rigorosa legislação antiterrorista, as mulheres e suas organizações “tornaram-se parte da resistência clandestina e dos preparativos gerais para a luta armada para acabar com o *apartheid*” (BERNSTEIN, 1975, p. 54). Elas recebiam educação política e treinamento sobre como manusear armas e como recrutar pessoas dentro do país, especialmente para trabalhos considerados clandestinos (MAGUBANE, 2010).

Mulheres como Albertina Sisulu¹², Winnie Madikizela-Mandela¹³, Joyce Sikakhane¹⁴ e Shantie Naidoo¹⁵ lentamente reconstruíram o movimento na clandestinidade nos arredores de Soweto. Nesse período, muitas sofreram confinamento solitário, prisões sem julgamento por tempo indeterminado e torturas. Eram incriminadas por traição, terrorismo, sabotagem, filiação a alguma organização proibida, por ajudar pessoas a escaparem do país, recrutar guerrilhas, violar ordens de banimento, etc. (BERNSTEIN, 1975).

Ilegalizado, o ANC se reorganizou no exílio, em diversos países africanos, onde instituiu sedes da Seção de Mulheres, da qual todas as expatriadas eram automaticamente membras. Formalmente, sua função era mobilizar mulheres para a filiação ativa ao ANC e angariar apoio político e financeiro internacionalmente. Porém, ela acabou funcionando como uma rede de solidariedade e de assistência social ao movimento, necessária enquanto as pessoas se encontrassem distantes de suas redes de apoio convencionais. Para além disso, esse papel de suporte possibilitou o ativismo delas no exílio (HASSIM, 2004).

¹¹ Em 21 de março de 1960 ocorreu em Sharpeville um protesto realizado pelo Congresso Pan-Africano contra as Leis de Passes. Os manifestantes se reuniram e protestaram pacificamente em frente ao distrito policial quando um de seus líderes sofreu uma tentativa de detenção. Este foi o estopim para o início do massacre policial contra os protestantes que provocou 69 mortes e deixou 180 pessoas feridas. A ONU proclamou a data como o Dia Internacional contra a Discriminação Racial. A data é feriado na África do Sul, para celebrar o fim do *apartheid* (MARQUES, 2019).

¹² “Mãe da Nação”, membra do ANC e uma das fundadoras da FEDSAW. Enquanto co-presidenta da Frente Democrática Unida, liderou a delegação que se reuniu com Margaret Thatcher e George HW Bush em Londres para protestar contra a visita de De Klerk ao país. Foi eleita parlamentar em 1994. Foi casada com Walter Sisulu.

¹³ Primeira mulher negra assistente social do país, “Mãe da Nação”, Presidenta da ANCWL e membra do Comitê Executivo Nacional do ANC. Empenhou-se para a manutenção da memória de Nelson Mandela durante os 27 anos em que esteve preso. Foi eleita parlamentar em 1994 e vice-ministra de Arte e Cultura durante o governo de Nelson Mandela.

¹⁴ Jornalista, escritora, produtora de televisão, editora, membra do ANC. Trabalhou para a Agência de Inteligência Nacional da África do Sul.

¹⁵ Ativista e prisioneira política, membra do Congresso da Juventude Indiana de Transvaal e da FEDSAW.

O movimento sindical se tornou um componente-chave da resistência contra o Estado nesse período. Havia uma alta porcentagem de trabalhadoras *black* sindicalizadas, elas eram frequentemente muito mais envolvidas do que os homens em greves e boicotes educacionais, além de ocuparem a linha de frente da resistência às “remoções”, à demolição de favelas, e aos aumentos de aluguel. Mulheres sindicalistas – como Tembi Nabe¹⁶ e Lydia Kompe¹⁷ – passaram a insistir que o assédio sexual e a divisão do trabalho doméstico tampouco eram simplesmente assuntos individuais, mas questões políticas. Assim, o ativismo sindical mudou as identidades pessoal e coletiva das mulheres e colaborou para moldar os contornos de uma futura agenda feminista sul-africana (BERGER, 2007).

Em 1983, o Partido Nacional faz uma proposta de reforma que criaria um Parlamento tri-cameral, o qual previa a divisão limitada do poder entre as comunidades “*coloured*” e indiana, e uma representação local restrita para os africanos em áreas urbanas. Em resposta, muitas mulheres que atuaram nas campanhas da década de 1950 estabeleceram novas organizações. Nesse momento, elas começaram a se questionar acerca do que a libertação nacional lhes proporcionaria especificamente, uma vez que as experiências de participação das mulheres em lutas de libertação de outros países de África constatavam que suas posições não melhoraram significativamente após as independências, apesar dos compromissos retóricos dos líderes políticos. Assim, esse padrão alertou as mulheres do ANC para formularem estratégias mais efetivas para integrar a igualdade de gênero nos princípios fundamentais do ANC (HASSIM, 2004).

Nesse contexto, a Segunda Conferência Consultiva Nacional do ANC em Kabwe (Zâmbia), em 1985, dedicou uma sessão especial às mulheres. Um documento de discussão que circulou pela conferência levantou abertamente, pela primeira vez, a questão dos homens no ANC, os quais mantinham

restrições tradicionais, conservadoras e primitivas impostas às mulheres por estruturas dominadas pelo homem dentro de nosso movimento. Nosso movimento tem a tarefa, na qualidade de vanguarda da luta de libertação, de minimizar essas restrições tanto quanto possível [...] em nosso país sitiado, o lugar das mulheres é na frente de batalha da resistência (ANC, 1985 apud HASSIM, 2004, p. 447).

¹⁶ Foi vice-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Aliados. Discursou sobre a subordinação da mulher no lar em 1983, com descrições gráficas que a fizeram ser associada a Mary Fitzgerald por Iris Berger (2007).

¹⁷ Sindicalista e fundadora do Movimento das Mulheres Rurais. Foi eleita parlamentar em 1994, quando se envolveu fortemente com a Lei de Restituição de Terras.

Destarte, o Comitê Executivo Nacional do Congresso Nacional Africano reconheceu formalmente que a igualdade das mulheres iria aprofundar e melhorar a qualidade da própria democracia. O discurso de encerramento da conferência, proferido pelo presidente do ANC, Oliver Tambo, avançava o argumento que a África do Sul não poderia ser tida como livre enquanto as mulheres fossem oprimidas, e que sua emancipação deveria ser abordada não só pelas mulheres, mas pelo movimento como um todo (HASSIM, 2004).

Além disso, na segunda conferência da Seção de Mulheres do ANC, realizada em Angola em 1987, elas pleitearam papel mais significativo no ANC e *uMkhonto we Sizwe* (“A Lança da Nação”, braço armado do ANC), e maior autonomia para definirem e articularem seus interesses. Na ocasião, foi elaborado um artigo desafiando a Seção de Mulheres a fazer o ANC declarar “abertamente” seu “programa, estratégia e táticas de longo prazo [...] para confrontar a opressão das mulheres e salvaguardar os direitos democráticos das mulheres em uma África do Sul livre e unida” (ANC, 1987 apud HASSIM, 2004, p. 450).

No âmbito internacional, a “Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, ocorrida em Nairóbi (Quênia) em 1985, forneceu uma oportunidade para a Seção de Mulheres se reunir diretamente com as ativistas que vieram da África do Sul para o evento, e promover estratégias para o fortalecimento das organizações de mulheres. O ANC tinha todas as suas principais líderes em Nairóbi, incluindo Ruth Mompati¹⁸, Frene Ginwala¹⁹ e Gertrude Shope²⁰. A delegação do ANC, que acabara de retornar de uma reunião do Movimento dos Países Não-Alinhados em Délhi, contava com o apoio dos países da América Latina e da Índia para aprovar uma Resolução²¹ exigindo sanções contra o *apartheid*. Portanto, como Ginwala aduziu, isso

¹⁸ Membro da ANCWL, uma das fundadoras da FEDSAW, eleita parlamentar em 1994, embaixadora na Suíça entre 1996 e 2000 e prefeita de Vryburg entre 2000 e 2010. Recebeu o prêmio *Isithwalandwe* do ANC em 2014.

¹⁹ Jornalista, editora, professora, advogada, membro do ANC, presidiu a Assembleia Nacional da África do Sul (1994-2004) e foi reitora da universidade de KwaZulu-Natal entre 2005 e 2009. Diretora da Comissão de Emancipação do ANC.

²⁰ Professora, uma das líderes da FEDSAW e da Seção de Mulheres do ANC. Viveu no exílio entre 1966 e 1990 e liderou a delegação do partido em Nairóbi (1985). Presidiu a ANCWL e foi eleita parlamentar em 1994. Recebeu o prêmio *Isithwalandwe* do ANC em 2014.

²¹ O Parágrafo 259 do *Relatório da Conferência Mundial para Revisar e Avaliar as Realizações da Década das Nações Unidas para as Mulheres: Igualdade, Desenvolvimento e Paz* volta-se à condenação do *apartheid*. Ele clama por assistência internacional ao grupo mais oprimido pelo *apartheid*, qual seja mulheres e crianças. Ressalta que deve ser concedida assistência às seções de mulheres dos movimentos de libertação nacional a fim de fortalecer seu trabalho por oportunidades igualitárias, educação e treinamento para prepará-las para papéis políticos importantes. Demanda, ainda, que sanções contra o país sejam impostas e que as organizações de mulheres se

marcou um ponto de viragem não só na luta internacional contra o *apartheid*, mas também no debate sobre a relação entre a libertação das mulheres e a libertação nacional (HASSIM, 2004).

4. Conscientização feminista no movimento de libertação nacional

Apesar da inspiração que forneceram a muitos grupos de mulheres nos anos 1980, muitos textos sobre as lutas das mulheres na África do Sul são críticos à atuação da FEDSAW. Julia Wells (1993, p. 139), por exemplo, descreve a resistência das mulheres *black* às leis de passe dos anos 1950 como "centradas em metas sociais conservadoras – para manter uma ordem social conhecida em vez de criar uma nova". Da mesma maneira, Cheryl Walker (1991, p. xvii) sustentou em *Women and Resistance in Southern Africa*, que “o compromisso formal com a emancipação das mulheres foi ofuscado por práticas e ideias que só poderiam ser descritas como patriarcais”. Essa crítica se concentra no fato de que “o quadro ideológico em que as mulheres eram mobilizadas era gerado pelo nacionalismo e não pelo feminismo” (HASSIM, 2006, p. 28).

Essas inferências contrapõem, portanto, o feminismo e o nacionalismo. Elas assumem que os movimentos nacionalistas, porque são dominados pelos homens, são hostis ao feminismo e que as mulheres nos movimentos nacionalistas devem escolher entre perseguir objetivos nacionalistas e se submeter ao patriarcado, ou conceber o que Shireen Hassim (2006, p. 82) denomina de "movimento feminista autônomo". Entretanto, esses argumentos não percebem que o feminismo e a libertação nacional são termos específicos de cada contexto. Não podemos falar de feminismo ou nacionalismo no singular. Portanto, ao invés de afirmar que certas mulheres falharam em atingir o nível adequado de consciência, é mais interessante se perguntar que tipo de consciência se desenvolveu em resposta às situações em que elas se encontravam.

Essas obras (WELLS, 1993; WALKER, 1991 e HASSIM, 2006) detinham limitações e muitas vezes analisavam a África do Sul através de lentes problemáticas informadas pelo paradigma feminista civilizatório ocidental, o qual não reconhece as dores, experiências e reivindicações das mulheres não-brancas, e está a serviço do capitalismo (VERGÈS, 2020). Esse paradigma não é universalizável e leituras questionáveis podem emergir quando o contexto local é visto apenas através dessa construção teórica, como se ela fosse o único modo relevante para ler as lutas feministas e as das mulheres na África do Sul. É nesse sentido que Chandra Mohanty

mantenham constantemente informadas acerca da situação das mulheres e crianças vivendo sob o *apartheid* para conscientização e organização da solidariedade internacional (ONU, 1986).

(2003, p. 55) nos adverte contra o equívoco de pensar as mulheres como um "grupo já constituído e coerente, com interesses e desejos idênticos, independentemente da classe, etnia ou raça". Outro erro é universalizar a categoria mulher partindo das experiências de mulheres brancas.

Nessa seara, Kimberlé Crenshaw (2002) discorre acerca da interseccionalidade política. Ela sustenta que mulheres de comunidades racial, cultural ou economicamente marginalizadas, ao se organizarem para modificar suas condições de vida, enfrentam não só obstáculos análogos aos das mulheres de elite, mas também outros problemas que lhes são exclusivos. Um desses empecilhos é o compromisso perante seus grupos sociais ou nacionais, que por vezes é usado para reprimir qualquer crítica sobre práticas que poderiam atrair atenção negativa sobre o grupo. Destarte, “com base na defesa da raça ou da nação, a retórica antifeminista às vezes coloca as mulheres na posição insustentável de ter que escolher entre suas identidades como mulheres e suas identidades como membros de nações ou de grupos raciais marginalizados” (CRENSHAW, 2002, p. 185).

Acerca disso, Grada Kilomba defende que

aplicar a noção clássica de patriarcado a diferentes situações coloniais é (...) insatisfatório por não explicar o porquê de homens *negros* não usufruírem dos benefícios do patriarcado *branco*. (...) Nesse ponto, feministas *negras* (...) não veem necessariamente homens *negros* como antagonistas patriarcais, mas sentem que sua opressão racial é compartilhada por homens *negros*. (...) A reivindicação de feministas *negras* não é classificar as estruturas de opressão de tal forma que mulheres *negras* tenham que escolher entre a solidariedade com homens *negros* ou com mulheres *brancas*, entre “raça” ou gênero, mas ao contrário, é tornar nossa realidade e experiência visíveis tanto na teoria quanto na história (KILOMBA, 2019, p. 105-107, grifos da autora).

Para as mulheres da FEDSAW e da ANCWL, o ativismo feminista anticolonial nunca foi um conceito que existiu fora do contexto político e econômico. Sempre houve um forte reconhecimento do fato de que a utilidade do feminismo residia na capacidade de se engajar criticamente em questões de raça e classe. Esse feminismo era especificamente anticolonial e visava unir ideologias raciais e de gênero, e lutar pela libertação dentro de organizações nacionalistas integradas de gênero e raça. Porém, é importante ressaltar que elas não percebiam seu feminismo como subordinado ao nacionalismo, mas sim como um componente fortemente integrado e inseparável dele (MAGUBANE, 2010). Nesse sentido, Chandra Mohanty esclarece:

Os escritos das mulheres do Terceiro Mundo sobre o feminismo focalizaram consistentemente a ideia da simultaneidade da opressão como essencial para a experiência da marginalidade social e política e a fundamentação da política feminista nas histórias do racismo e do imperialismo [...] Além disso, elas

insistiram nas complexas inter-relações entre as lutas feministas, antirracistas e nacionalistas (MOHANTY, 2003, p. 52, tradução nossa).

A FEDSAW abordou essa questão em um panfleto intitulado *Mulheres Organizadas*:

Na África do Sul, as mulheres africanas, as mais vulneráveis e desprivilegiadas de todos os grupos dentro do estado do *apartheid*, foram forçadas a embarcar em uma estrada que as leva além da sua própria opressão específica. A luta das mulheres sul-africanas pelo reconhecimento como cidadãs iguais com igualdade de oportunidades é principalmente a luta contra o *apartheid*, pela libertação nacional. Tampouco é uma questão de colocar uma em primeiro lugar, depois retomar as outras. Não pode haver mudança na posição fundamental das mulheres, em seu status social e político, sem a derrota do *apartheid*. Mas o *apartheid* não será derrotado se metade das pessoas – as mulheres – forem impedidas de desempenhar seu papel pleno no movimento de libertação nacional (ANC, 1989, p. 16, tradução nossa).

Além disso, frequentemente o movimento de libertação nacional rejeitava associar-se a pautas ditas feministas por associá-las ao feminismo burguês ocidental, considerado irrelevante para as mulheres do chamado Terceiro Mundo. Aquelas que lutavam para libertar-se do fardo da opressão do imperialismo – que se manifestava de formas extremas como pobreza, doenças, genocídio – não viam comparação possível entre seus próprios objetivos e as preocupações das mulheres ocidentais. Para elas, as mulheres ocidentais representavam uma elite de classe média privilegiada que lutava por objetivos sectários, enquanto as mulheres em lutas de libertação nacional estavam lutando em nome de todo o seu povo (KIMBLE; UNTERHALTER, 1982).

Em partes, essa hesitação com relação ao feminismo ocidental decorre, segundo Helen Joseph, do fato de “a luta pelos direitos das mulheres na África do Sul realmente ter sido conduzida por mulheres brancas, para mulheres brancas” (RUSSEL, 1989, p. 206). Ou seja, a história do movimento das sufragistas brancas no país esteve ligada a causas reacionárias que fortaleceram ainda mais a supremacia branca: na década de 1930, o primeiro-ministro Hertzog fez campanha para que as mulheres brancas adquirissem o direito ao voto, pois seus votos diluiriam o poder do voto *black* na Província do Cabo²².

Na verdade, elas não rejeitavam “o feminismo” pela sua “ocidentalização” *per se*, mas sim pela falha de suas adeptas de formularem um feminismo que não reforçasse a equiparação de “ser branco” com “ser humano” (MAGUBANE, 2010). Acerca disso, Shireen Hassim comenta:

²² Na Província do Cabo, um número significativo de pessoas *black* e “*coloured*” era autorizado a votar sob uma permissão baseada em exigências de propriedade. No entanto, apenas homens brancos poderiam ser eleitos para o Parlamento (SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE, 2011).

À medida que ativistas feministas foram capazes de explorar e desenvolver uma consciência feminista, ela foi limitada pela atitude do movimento nacionalista em torno desse projeto. Pelo menos desde os anos 1970, o feminismo tinha um status desconfortável dentro do movimento de libertação nacional. Por um lado, era visto como uma ideologia articulada principalmente por mulheres ocidentais brancas (acadêmicas). Suas raízes intelectuais no Norte foram vistas como limitadoras da sua aplicabilidade às experiências das mulheres negras nas circunstâncias altamente excepcionais do *apartheid*. Embora o feminismo não fosse de modo algum um conjunto homogêneo de ideias ou prescrições políticas, e certamente não fosse articulado como homogêneo na África do Sul, era tratado como tal pelo ANC (HASSIM, 2006, p. 29, tradução nossa).

Outrossim, as sul-africanas não-brancas não queriam lutar por uma mera igualdade aos homens, porque os homens *black* ainda estavam sujeitos à legislação opressora e exploradora do sistema do *apartheid*. Como seria possível para uma mulher *black* imaginar ser livre como mulher, mas oprimida como parte de uma comunidade racial? Qual parte da sua individualidade seria livre e qual parte se identificaria com a opressão racial? (KIMBLE; UNTERHALTER, 1982). Acerca disso, bell hooks também relacionou raça, gênero e classe:

sabendo que homens em seus grupos sociais não têm poder social, econômico e político, elas [mulheres negras] não considerariam libertador compartilhar seu status social. Ao passo que elas estão cientes de que o sexismo permite que os homens de seus respectivos grupos lhes neguem privilégios, elas tendem a ver expressões exageradas de chauvinismo masculino dentre seus colegas como decorrentes da percepção dos homens sobre si mesmos como impotentes e ineficazes com relação aos grupos masculinos dominantes (HOOKS, 1981, p. 18, tradução nossa).

Essa questão é latente para as sujeitas coloniais mulheres até hoje, como ressalta Houria Bouteldja, ativista franco-argelina, porta-voz do Partido dos Povos Indígenas da República, segundo a qual as “mulheres indígenas”²³ priorizam o antirracismo contra o inimigo principal branco racista, uma vez que

agem por seus interesses imediatos que são sempre uma imbricação indireta do seu interesse enquanto proletárias, mulheres e indígenas. Assim, não podemos reprová-las por descuidarem de um combate estritamente feminista, [...] quando elas estão constrangidas pela violência das urgências sociais, da precariedade, desemprego, violências policiais, a educação de seus filhos e a discriminação à qual estes são expostos cotidianamente. [...] Adiciono a isto a carga bastante negativa da palavra “feminismo”, que é percebida antes de tudo como uma arma do imperialismo e do racismo tanto por homens, quanto por mulheres indígenas. [...] No marco da luta entre os dois patriarcados, o branco dominante

²³ Nota da tradutora: “indígenas, neste contexto, equivale a sujeitos coloniais. O PIR se apropria deste termo uma vez que os indivíduos das colônias francesas eram chamados indígenas pelo sistema colonial. Não tem a conotação de povos originários ameríndios, como o que o termo costuma sugerir em português” (BOUTELDJA, 2013).

e o indígena enfraquecido, as mulheres devem [...] ativar estratégias para afrouxar o cerco em que se encontram e abrir caminhos em direção à liberdade (BOUTELDJA, 2013).

Ademais, as sul-africanas procuravam manter a disciplina do seu movimento político, como era evidente no slogan “Nenhuma libertação nacional sem a libertação das mulheres; nenhuma libertação das mulheres sem libertação nacional”. Então, sua lealdade ao movimento impossibilitava que elas se identificassem com as distinções feitas pelas mulheres do Ocidente entre os interesses dos homens e os das mulheres (KIMBLE; UNTERHALTER, 1982).

5. O feminismo “maternista” e a “maternidade combativa”

Na década de 1950, as mulheres africanas, particularmente as da ANCWL e da FEDSAW, usaram as imagens de gênero da maternidade como estratégia de luta. Em vez de se remeter a imagens tradicionais das mães como carinhosas e passivas, a maternidade era considerada uma fonte de poder que englobava o cuidado de todas as crianças da comunidade. Assim, um panfleto da FEDSAW de 1956 intitulado *Um Chamado a Todas as Mães* convocava todas as genitoras, brancas e negras, para, em pé de igualdade, realizar o que sonhavam para seus filhos. Ele dispensou a ideia de que as mães eram fracas e passivas e, em vez disso, representava a maternidade como uma ponte para o ativismo social:

O tempo em que as mulheres sentavam em casa e choravam ou desejavam coisas melhores para seus filhos já passou há muito tempo. As mulheres estão agora na vanguarda da luta no nosso país por uma vida melhor para todos, particularmente para os nossos filhos... O futuro dos nossos filhos depende da medida em que nós, as mães da África do Sul, nos organizamos, trabalhamos e lutamos por uma vida melhor para os nossos pequeninos (FEDSAW, 1956, p. 1 apud MAGUBANE, 2010, p. 1011, tradução nossa).

É interessante notar que a associação da maternidade à submissão e à passividade é um traço da sociedade ocidental, não da africana; a hipótese precipitada de que é isso que “mãe” significara para as mulheres manifestantes contra os passes sugere um preconceito interpretativo eurocêntrico (WALKER, 1991). Como Chandra Mohanty ressalta, a consciência feminista não pode ser especificada *a priori* (MOHANTY, 1991). Pelo contrário, deve ser definida com referência à experiência histórica e ao contexto político de uma sociedade em particular.

Ademais, quando as mulheres migraram para as cidades, imperativos econômicos se misturaram com - e, muitas vezes, ultrapassaram - as conexões e necessidades emocionais. O próprio feminismo ocidental alega, há algum tempo, que a instituição do casamento é

fundamentalmente econômica. Portanto, a suposição de que o que estava em pauta para as mulheres na campanha antipasse era a simples defesa da – implicitamente ocidental e explicitamente patriarcal – família deve ser refutada. Sendo assim, não se pode presumir que, ao se organizarem como mães, as mulheres estavam simplesmente endossando as relações de gênero da família patriarcal (WALKER, 1991).

Nessa perspectiva, designar como conservadora a defesa da “família” pelas mulheres da campanha antipasse sugere que o que estava em risco era a família patriarcal clássica cujo chefe era homem. Todavia, o século XX assistiu a um aumento considerável no número de famílias chefiadas por mulheres dentre a população africana e o processo de proletarização e urbanização oportunizou, para um número significativo delas, a fuga de relacionamentos domésticos onerosos e restritivos. Além disso, as mulheres da FEDSAW se identificavam com o papel de mãe, não de esposa: a preocupação central articulada por elas era a proteção de seus filhos, não de seus maridos ou da instituição do casamento *per se* (WALKER, 1991).

Portanto, categorizar políticas de mulheres construídas ao redor do papel maternal e familiar como inerentemente conservadoras é uma aceitação acrítica de visões convencionais (que podem ser descritas como masculinistas) de que o doméstico, como domínio daquilo que é pessoal, é apolítico. A respeito disso, Cherríe Moraga e Gloria Anzaldúa frisaram que “a fonte da nossa opressão forma não apenas o nosso radicalismo, mas também a nossa dor” (MORAGA; ANZALDÚA, 1983, p. 32). Isto é, a opressão (como um processo sistêmico e legal), o radicalismo (como uma resposta e exercício de escolha e agência) e a dor (como uma experiência privada, pessoal, individual e coletiva) estão conectados (GASA, 2007). Na verdade, como muitas trabalhadoras *black* tiveram que assumir a responsabilidade primária pela manutenção da família, tanto em termos econômicos quanto emocionais, elas passaram a perceber uma forte dimensão política nas questões domésticas (MAGUBANE, 2010).

Nesse sentido, faz-se necessária uma abordagem não-linear e flexível, na qual as mulheres apresentam diversas posições: suas vidas desafiam binarismos. Destarte, movimentos a que Nomboniso Gasa denominou “maternistas” (aqueles formados pela identidade das mulheres enquanto mães; que frequentemente focalizam a maternidade em sua abordagem política) desempenharam papéis importantes em contextos específicos. Longe de limitar as mulheres, esses movimentos podem ser um ponto de partida para uma agenda feminista mais ampla. Destarte, essa identidade e papel social não é um monolítico: questões de localidade, identidade, história

e contexto seguem sendo pontos de partida importantes na historiografia e nos ativismos feministas (GASA, 2007).

Outrossim, no discurso nacionalista, as mães *black* eram vistas como reprodutoras de raças inferiores. Elas não eram vistas como seres humanos capazes de expressar amor materno. Suas crianças eram consideradas irrelevantes até que tivessem idade suficiente para agir como unidades de força de trabalho a serviço da economia do *apartheid*. Então, neste contexto, para uma sul-africana *black* reivindicar igualdade com as mulheres brancas baseada em seu papel compartilhado pela maternidade, significava tudo menos uma confirmação do patriarcado. A maternidade tornou-se a base para uma poderosa crítica das ideologias e táticas mobilizadoras que apoiaram a militarização da sociedade sul-africana (MAGUBANE, 2010).

O regime de Pretória retratava as mães brancas como livres e capazes de manter o Estado do *apartheid* e, ao mesmo tempo, como fracas, dependentes e necessitadas da proteção dos homens brancos. Simultaneamente, porém, ele mobilizava estereótipos tradicionais de raça e gênero sobre a santidade da feminilidade branca e a ameaça inerente que a negritude representava para ela como uma maneira de desacreditar ainda mais o movimento *antiapartheid* e fornecer uma justificativa para um ataque intensificado contra ele. Afinal, retratar os ativistas *antiapartheid* como uma ameaça para mulheres e crianças brancas "inocentes" permitiria o regime reagir dos modos mais brutais imagináveis (MAGUBANE, 2010).

Ademais, questões de fertilidade, racismo e economia estavam interligadas. Enquanto as mulheres brancas eram orientadas a gerar uma família grande em prol da República, nos países das mulheres africanas constavam informações acerca de esterilização ou de uso de contraceptivo (o que lhes garantiria maiores chances de emprego). Portanto, a ideologia da maternidade já estava em uso pelo regime do *apartheid*, o que as mulheres fizeram foi rearticulá-la, para então desafiá-la (MAGUBANE, 2010).

A estratégia adotada pelas ativistas *black*, portanto, foi encorajar as mulheres brancas a pensarem criticamente sobre como estavam sendo envolvidas no plano do *apartheid* na qualidade de mães e, ao fazê-lo, repensar seus papéis como genitoras e como cidadãs. Assim, as não-brancas procuravam vincular uma definição genderizada às mães brancas, não de "construtoras do império" como o Estado racista fazia, mas de pessoas com compaixão e o dever moral de lutar contra a injustiça (MAGUBANE, 2010).

“Embora” as mulheres brancas e não-brancas se considerassem mães e esposas, o ato de se unirem ilustra uma espécie de consciência feminista. Organizando-se com base no gênero, elas usavam uma tática de “maternidade combativa” e, assim, manipulavam papéis “tradicionais” para alcançar objetivos “menos tradicionais”: “o apelo à experiência comum das mulheres sul-africanas de todas as raças na FEDSAW era em si uma posição revolucionária, dadas as condições do *apartheid*” (KIMBLE; UNTERHALTER, 1982, p. 26). Acerca disso, Ruth Mompati relatou:

Trabalhar com mulheres na Federação nos permitiu perceber que não havia diferenças entre nós como mães. Nós éramos todas mulheres. Todas nós tínhamos as mesmas ansiedades, as mesmas preocupações. Todas nós queríamos criar nossos filhos para serem felizes e protegê-los das brutalidades da vida. Isso nos deu mais compromisso de lutar pela unidade em nosso país. Isso nos mostra que pessoas de diferentes raças podem trabalhar bem juntas (RUSSEL, 1989, p. 114, tradução nossa).

De fato, o controle de influxo e os setores industrial e agrícola dependiam da manipulação de categorias tradicionais de gênero, de modo a apoiar a super-exploração das mulheres *black* no mercado de trabalho e, além disso, reforçava a condição de não-cidadãs das pessoas *black* em geral. Em vista disso, não se pode compreender conceitos como a família nuclear, a relação entre os sexos, a instituição do casamento ou o papel reprodutivo das mulheres *black* sem considerar um fato fundamental de suas vidas: a brutalidade do sistema de trabalho migrante. É impossível entender o patriarcado, a subordinação de gênero e as reações das mulheres africanas sem compreender como o sistema de trabalho migrante moldou o significado de homem ou mulher, mãe ou pai e esposa ou marido para as pessoas africanas (MAGUBANE, 2010).

Considerando estes fatos, faz sentido que os protestos das mulheres enfatizassem a desestabilização dos agregados familiares africanos, em vez da desigualdade baseada no gênero dentro deles. Quando consideramos as maneiras como o sistema de passes deslocou e destruiu famílias, fica perfeitamente compreensível que as mulheres *black* aspirassem a uma família nuclear idealizada, cujos membros vivem juntos e são apoiados pelo salário do marido (MAGUBANE, 2010). Aliás, a destruição de núcleos familiares dos nativos africanos foi uma característica inerente à colonização e ao infame tráfico atlântico.

6. Considerações Finais

As mulheres *black*, talvez com mais frequência e consistência do que qualquer outro coletivo no movimento de libertação, abriram debates sobre como uma cultura democrática deveria parecer. Esse processo de mudar, perturbar e reconstruir a cultura organizacional e os objetivos do movimento de libertação estabeleceu a base para uma perspectiva radicalmente nova sobre democracia e igualdade de gênero que viria a informar o programa do ANC na década de 1990 (HASSIM, 2004).

Inspiradas em seu ativismo durante a resistência *antiapartheid*, as insurgentes desempenharam um papel fundamental no processo de transição para a democracia. O protagonismo das mulheres assegurou sua alta representatividade no Parlamento e influenciou a nova Constituição e o estabelecimento de mecanismos estatais para a promoção da igualdade de gênero. Ainda assim, essas vitórias até hoje não conseguiram garantir a equidade plena: a maioria das mulheres sul-africanas (notadamente as não-brancas) permanece na base da pirâmide social, cultural e econômica. O aparato político-normativo do país é referência global graças às lutas das mulheres, mas o legado do *apartheid* revelou obstáculos que permanecem desafiadores.

O ativismo das mulheres *black* contra o *apartheid* demonstra a importância de recuperar os arquivos do regime de Pretória para contar essa outra parte, por muito tempo silenciada, da história da luta *antiapartheid*. Este contra-movimento não só amplifica a agência dos povos negros, mas sobretudo, promove justiça cognitiva ao introduzir nos anais dos movimentos de resistência anticolonial as mulheres como sujeitas da história e protagonistas de lutas.

Ademais, reviver essas narrativas é importante para criar solidariedades transnacionais, no sentido que denota Angela Davis (2018), quando afirma que não é possível contar as nossas próprias histórias sem conhecer as outras existentes. Nesse sentido, estudar África no Brasil significa ampliar o conhecimento acerca de nós mesmos. É uma oportunidade para retificar as distorções e preconceitos que envolveram a escrita dessa História no nosso país.

Referências bibliográficas

ANC. *The Freedom Charter*. Johannesburgo: ANC, 1955a. Disponível em: <http://www.historicalpapers.wits.ac.za/inventories/inv_pdfo/AD1137/AD1137-Ea6-1-001-jpeg.pdf> Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. *What Women Demand*. 1955b. Disponível em: <http://www.artsrn.ualberta.ca/amcdouga/Hist247/winter%202010/additional%20rdgs/what_women_want_1955.pdf> Acesso em: 30 ago. 2019.

_____. *Women Organised: A FEDSAW Commemorative Pamphlet*. Londres: ANC, 1989.

Disponível em:

<http://www.saha.org.za/women/a_fedsaw_commemorative_pamphlet_women_organised_2.htm> Acesso em: 31 mai. 2018.

BERGER, Iris. Generations of struggle: Trade unions and the roots of feminism, 1930-60. In: GASA, Nomboniso [Ed.]. *Women in South African History: Basus'iimbokodo, Bawel'imilambo / They Move Boulders and Cross Rivers*. Cape Town: Hsrc Press, 2007, p. 185-206.

BERNSTEIN, Hilda. *For their triumphs and for their tears: Women in Apartheid South Africa*. Cambridge: International Defense & Aid Fund for Southern Africa, 1975.

MARQUES, Lorena de Lima. O massacre de Sharpeville e o Dia Internacional contra a Discriminação Racial. Fundação Cultural Palmares, 2019. Disponível em:

<<http://www.palmares.gov.br/?p=53647>>. Acesso em: 25 set. 2020.

BOUTELDJA, Houria. *Raça, classe e gênero: a interseccionalidade, entre a realidade social e os limites políticos*. 2013. Disponível em: <<http://decolonialtranslation.com/portugues/raca-classe-e-genero-a-interseccionalidade-entre-a-realidade-social-e-os-limites-politicos.html>> Acesso em: 2 abr. 2019.

BRAND SOUTH AFRICA. *South Africa's national anthem*. Brand South Africa, Official Custodian of South Africa's Nation Brand: 2017. Disponível em:

<<https://www.brandsouthafrica.com/south-africa-fast-facts/history-facts/south-africas-national-anthem>> Acesso em: 3 jun. 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. Chicago: The University of Chicago Legal Forum, 1989.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 10, nº 1, 2002, p. 171-188.

DAVIS, Angela. Solidariedades Transnacionais. In: DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2018, p. 126-139 (e-book). Org.: Frank Barat, Trad.: Heci Regina Candiani.

FEDSAW. *The Women's Charter*. Johannesburg, 17 abr. 1954. Disponível em:

<http://www.saha.org.za/women/the_womens_charter_2.htm> Acesso em: 31 mai. 2018.

GASA, Nomboniso. Feminisms, motherisms, patriarchies and women's voices in the 1950s. In: GASA, Nomboniso (Ed.). *Women in South African History: Basus'iimbokodo, Bawel'imilambo / They Move Boulders and Cross Rivers*. Cape Town: Hsrc Press, 2007, p. 207-232.

_____. 'Let them build more goals'. In: GASA, Nomboniso (Ed.). *Women in South African History: Basus'iimbokodo, Bawel'imilambo / They Move Boulders and Cross Rivers*. Cape Town: Hsrc Press, 2007b, p. 129-151.

HASSIM, Shireen. Nationalism, feminism and autonomy: The ANC in exile and the question of women. *Journal of Southern African Studies*, vol. 30, n° 3, set. 2004, p. 433-456.

_____. *Women's Organizations and Democracy in South Africa: Contesting Authority*. Madison: University of Wisconsin Press, 2006.

HEALY-CLANCY, Meghan. Women and Apartheid, *Oxford Research Encyclopedia of African History*, Oxford University Press, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro, *Soc. estado*, vol. 31, n° 1, 2016, p. 99-127.

JOSEPH, Helen. *Side by Side: The autobiography of Helen Joseph*. Londres: Zed Books, Ltd., 1986.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KIMBLE, Judy; UNTERHALTER, Elaine. 'We Opened the Road for You, You Must Go Forward': ANC Women's Struggles, 1912-1982, *Feminist Review*, vol. 12, n° 1, nov.1982.

MAGUBANE, Zine. Attitudes towards feminism among women in the ANC, 1950-1990: a theoretical re-interpretation. In: South African Democracy Education Trust (SADET). *The Road to Democracy in South Africa: Volume 4 (1980 - 1990) Part 2*. Pretoria: Unisa Press, 2010, p. 975-1033.

MEER, Fatima. *Women in the Apartheid Society*. Disponível em: <<http://www.anc.org.za/content/women-apartheid-society>> Acesso em: 1 mai. 2018.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes. In: MOHANTY, Chandra T.; RUSSO, Ann e TORRES, Lourdes (Ed.). *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

_____. *Feminism without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durhan & London: Duke University Press, 2003, 302p.

MORAGA, Cherríe L.; ANZALDÚA, Gloria E. *This bridge called my back: Writings by radical women of color*. New York: Kitchen Table/Women of Color Press, 1983.

NAIR, Janaki. On the Question of Agency in Indian Feminist Historiography. *Gender & History*, vol. 6, n° 1, p. 82-100, abr.1994.

ONU. *Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace*. Nairóbi: 1986. Disponível em:

<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_nairobi.pdf> Acesso em: 30 ago. 2019.

RUSSELL, Diana E. H. *Lives of Courage: Women for a New South Africa*. Lincoln: Universe, 1989.

SILVA, Karine de Souza. Interseccionalidades de raça-gênero e o Direito Internacional. In: GIANNATTASIO, Arthur Capella; MOROSINI, Fabio Costa; BADIN, Michelle Ratton Sanchez. (Org.). *Direito Internacional: Leituras Críticas*. Lisboa: Almedina, 2019, v. 1, p. 233-262.

SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE. *History of elections in South Africa*. 2011. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/article/history-elections-south-africa>> Acesso em: 3 jun. 2018.

THAMM, Marianne. *The conscience of white South Africa: celebrating the Black Sash, 60 years later*. Daily Maverick, 2015. Disponível em: <<https://www.dailymaverick.co.za/article/2015-05-14-the-conscience-of-white-south-africacelebrating-the-black-sash-60-years-later/#.Wxf35FMvyAx>> Acesso em: 3 jun. 2018.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Trad.: Jamille P. Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WALKER, Cheryl. *Women and Resistance in South Africa*. Cape Town: David Philip Publishers, 1991.

WELLS, Julia C. *We now Demand! The History of Women's Resistance to Pass Laws in South Africa*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1993.

Sobre as autoras:

Isadora Durgante Konzen: Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Global da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduou-se no curso de Relações Internacionais da mesma universidade. Atua principalmente nos seguintes temas: História das Mulheres, Relações de Gênero, Feminismos Africanos, Mulheres Sul-Africanas e Apartheid.

Karine de Souza Silva: Professora permanente dos Programas de Pós-graduação em Relações Internacionais e em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora Produtividade em Pesquisa PQ CNPq. Realizou Pós-Doutorado na Katholieke Universiteit Leuven e na Université Libre de Bruxelles, Bélgica. Doutora em Direito Internacional pela Universidade Federal de Santa Catarina; fez Estágio Doutoral na Universidad de Sevilla/Espanha. Professora visitante da Universidade Técnica de Moçambique; da Middlebury University, nos Estados Unidos; da Universidade do Minho, em Portugal; da Universidade de Pisa, na Itália; da Université Libre de Bruxelles, na Bélgica, e da Universidad de Valladolid, Espanha. É coordenadora do "EIRENÈ - Centro de Pesquisas e Práticas Decoloniais e Pós-Coloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional", do "Núcleo de Estudos Críticos de Raça e Interseccionalidades nas Relações Internacionais e no Direito Internacional" (NEGRI), e do projeto de extensão "Núcleo de Apoio a Imigrantes e Refugiados"

(NAIR/Eirenè/UFSC). Professora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Agência das Nações Unidas para Refugiados.

Artigo recebido para publicação em: 26 de agosto de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 15 de março de 2021.

Como citar:

KONZEN, Isadora Durgante; SILVA, Karine de Souza. A resistência das mulheres negras ao *Apartheid* na África do Sul. *Revista Transversos*. Dossiê: O protagonismo da mulher negra na escrita da história das Áfricas e das Américas Ladinhas. Rio de Janeiro, n.º. 21, 2021. pp. 50-73. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2021.54808

